



A URGÊNCIA DO DEBATE: GÊNERO E DIVERSIDADE EM UM PROJETO PARA ADOLESCENTES

LA URGENCIA DEL DEBATE: GÉNERO Y DIVERSIDAD EN UN PROYECTO PARA ADOLESCENTES

THE URGENCY OF THE DEBATE: GENDER AND DIVERSITY IN A PROJECT FOR ADOLESCENTS

Renata Porcellis¹

André Nogueira Alves²

Márcia Helena Sawaia Guimarães Rostas³

RESUMO

Este ensaio teórico se propôs a descrever as atividades desenvolvidas no decorrer do Projeto denominado "Papo de Quarta" com estudantes adolescentes LGBTQIAPN+ na faixa etária entre 16 e 20 anos, do IFSul - câmpus Pelotas. Baseado na necessidade de implementação de pedagogias sobre educação sexual e educação de gênero na escola contemporânea, o projeto defende a ideia de que discutir as questões de gêneros e sexualidades na escola produz um espaço mais inclusivo e democrático, possibilitando às/aos estudantes aprender em um ambiente livre de discriminação, de preconceito e de violência. Os encontros ocorriam às quartas-feiras, em semanas alternadas, com duração de uma hora, com a participação de convidados e um tema gerador de interesse das/dos estudantes alusivo a gênero e sexualidade. Como resultados dessa experiência destacam-se a elevação da autoestima, melhor conhecimento de si e de direitos que lhes assistem referentes à saúde e à legislação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Gênero e Sexualidade; Adolescentes; LGBTQIAPN+.

¹ Mestre em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Pelotas, RS, Brasil.

² Doutor em Letras. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Pelotas, RS, Brasil.

³ Pós-doutora em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Pelotas, RS, Brasil.

RESUMEN

Este ensayo teórico se propuso describir las actividades desarrolladas durante el Proyecto denominado "Wednesday Chat" con estudiantes adolescentes LGBTQIAPN+, con edades entre 16 y 20 años, del IFSul - campus Pelotas. Basado de la necesidad de implementar pedagogías sobre educación sexual y educación de género en las escuelas contemporáneas, el proyecto defiende la idea de que discutir temas de género y sexualidades en la escuela produce un espacio más inclusivo y democrático, que permite a los estudiantes aprender en un ambiente libre de discriminación, prejuicios y violencia. Las reuniones se realizaron los miércoles, en semanas alternadas, con una duración de una hora, con la participación de invitados y un tema que genere interés en los estudiantes relacionado con el género y la sexualidad. Los resultados de esta experiencia incluyen un aumento de la autoestima, un mejor conocimiento de sí mismos y de sus derechos en materia de salud y legislación.

PALABRAS CLAVE: Educación; Género y Sexualidad; Adolescentes; LGBTQIAPN+

ABSTRACT

This theoretical essay to describe the activities developed throughout the project entitled "Wednesday Talks" with LGBTQIA+ adolescent students aged between 16 and 20 years old, from the IFSul - Pelotas campus. Based on the need for the implementation of pedagogies concerning sexual education and gender education in contemporary schools, the project advocates the idea that discussing gender and sexuality issues in schools generates a more inclusive and democratic space, enabling students to learn in an environment free from discrimination, prejudice, and violence. The meetings took place on Wednesdays, every other week, lasting one hour, with the participation of guests and a topic that generated interest among the students, related to gender and sexuality. The results of this experience include increased self-esteem, better knowledge of themselves and their rights regarding health and legislation.

KEYWORDS: Education; Gender and Sexuality; Adolescents; LGBTQIA+.

Introdução

Considerando as legislações educacionais dos últimos vinte anos, implementar estudos sobre temas como gêneros e sexualidades, no contexto escolar contemporâneo, é indispensável. Percebendo a escola como um espaço que vai além do ensino das letras e dos números, ensejamos que esse espaço se constitua em um local de formação integral do sujeito e de promoção da cidadania. Nesse sentido, a escola tem o compromisso de ser um espaço democrático e inclusivo, em que estudantes devem ter a oportunidade de desenvolver a capacidade de convívio com a diferença, afastando-se de preconceitos e de opressões.

No espaço pedagógico que promove a educação sexual e de gênero, conforme Louro (2014), cria-se “[...] a preocupação de que ocorra um ‘recrutamento de jovens

inocentes'. De algum modo, não saber sobre essas comunidades parece que funciona como uma espécie de garantia de que o/a estudante irá preferir ser heterossexual.” (p.142, grifos da autora). A inserção da educação sexual no currículo da escola deve promover um entendimento de que sexo vai além da biologia e que é culturalmente construído (Figueiró, 2006), garantindo, assim, uma compreensão global dos sujeitos, como seres múltiplos, complexos e contingentes, rompendo a forma binária e hierárquica constituída dentro de um universo heterocentrado.

Uma educação que promova a igualdade de gênero deve garantir que todas/os sejam respeitadas/os por suas vivências e afetos. Silenciar os gêneros e as sexualidades, no ambiente escolar, é reproduzir as desigualdades, é ignorar a diversidade que nos constitui (Louro, p. 2015). Para construir uma educação plural, que considere a diversidade sociocultural no contexto da cultura escolar e da produção do saber no processo de ensino e de aprendizagem, é preciso desconstruir o caráter homogeneizador, fragmentador e reducionista da prática escolar (Vicente, 2020).

A escola necessita ser compreendida como uma instituição envolvida na produção de identidades sexuais e de gênero com a validação de que todas as formas de viver as sexualidades e os gêneros são genuínas. Afastando, assim, preconceitos que podem naturalizar apenas uma forma aceitável de viver as sexualidades, que instauram papéis e lugares sociais para homens e mulheres regulados por preceitos morais. Portanto, mantidos sob uma ótica sexista e heteronormativa, em que prevalece o caráter biológico sobre os aspectos sociais e culturais, que tanto influenciam as relações de gênero e patologizam sujeitos com comportamentos diferentes dos esperados socialmente, colocando-os à margem por não atender a um modelo social esperado (Louro, 2015). Assim sendo, ao implementar discussões sobre essa temática no espaço pedagógico, as/os educandos/as são provocadas/os a alargar reflexões que contribuem para o reconhecimento do sujeito sem uma identidade fixa, buscando, dessa forma, a desconstrução de um pensamento redutor sobre gêneros e sexualidades, problematizando modelos dicotômicos e heteronormativos.

O projeto de ensino⁴, descrito neste artigo, foi denominado "Papo de Quarta", tendo sido voltado para adolescentes entre 16 e 20 anos, estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) - câmpus Pelotas. A

⁴ O projeto de ensino “Papo de Quarta” foi avaliado e deferido pela Pró-reitoria de Ensino do IFSul, tendo por registro nº PJE2023214, obedecendo aos parâmetros do edital de fluxo contínuo de 2023.

proposta nasceu de iniciativa estudantil e foi amadurecida e formalizada com o apoio e o comprometimento de servidores/as do IFSul de Pelotas. Esse projeto ocorreu entre os meses de setembro e dezembro do ano de 2023 na sala do Núcleos de Ações Afirmativas (NAAF) - do mesmo câmpus, com carga horária de uma hora semanal, onde integram os núcleos de gênero e diversidade sexual, núcleo de atendimento a pessoas com necessidades específicas e núcleo de estudos afro e indígenas. Durante esse período, um grupo de estudantes adolescentes LGBTQIAPN+⁵ (Bronski, 2024), do campus, frequentou os encontros do projeto.

Educação para diversidade no contexto brasileiro

O projeto "Papo de Quarta" surgiu da necessidade de implementação de pedagogias sobre educação sexual e educação de gênero na escola contemporânea, partindo do princípio de que a escola precisa assumir o compromisso de educar suas/seus estudantes para a cidadania, englobando todas as esferas do conhecimento. Dessa forma, incluir, no ensino, conhecimentos científicos relacionados a gêneros e sexualidades é fundamental, pois, só assim, a formação do cidadão é completa. Em um manifesto pela igualdade de gênero na educação, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) defende que

Quando se reivindica, então, a noção de 'igualdade de gênero' na educação, a demanda é por um sistema escolar inclusivo, que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Falar em uma educação que promova a igualdade de gênero, entretanto, não significa anular as diferenças percebidas entre as pessoas (o que tem sido amplamente distorcido no debate público), mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobram em desigualdades. (ABA, 2015, n/p, grifo dos autores)

Assim sendo, a escola continua reproduzindo modelos tradicionais, díspares e dicotômicos na relação entre os sexos. Discutir sobre gêneros e sexualidades na escola gera um ambiente mais inclusivo e democrático, possibilitando às/aos estudantes aprender em um ambiente livre de discriminação, de preconceito e de violência.

A seguir, serão apresentadas várias iniciativas de políticas públicas educacionais para implementação destes estudos nas instituições escolares.

⁵ Sigla referente à comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, pessoas queer, pessoas intersexo, assexuais entre outras sexualidades e gêneros.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) o tópico “Orientação Sexual”, é apresentado no volume 10 como um tema transversal, ou seja, que permeia todas as áreas do conhecimento, está segmentado em duas grandes áreas: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. A segunda área é dividida em: corpo humano: matriz da sexualidade; relações de gênero; prevenção às doenças sexualmente transmissíveis⁶ (Brasil, 1997).

Outra política pública criada foi o Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH III), com o objetivo de garantir o direito à liberdade, os direitos à liberdade de expressão, de crença e culto e de orientação sexual. O programa propôs apoio a uma emenda da Constituição Federal que garante o direito à livre orientação sexual e à proibição da discriminação por orientação sexual, a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a inclusão nos censos demográficos e nas pesquisas oficiais dados relativos à orientação sexual (Brasil, 2010b).

Em 2003, o governo brasileiro apresentou uma resolução à Comissão de Direitos Humanos da ONU denominada “Orientação Sexual e Direitos Humanos”, reconhecendo a diversidade de orientação sexual como um direito humano. No ano seguinte, foi elaborado o Programa Brasil sem Homofobia (PBSH), cujos propósitos foram elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovam o respeito ao cidadão e a não discriminação por orientação sexual; fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professoras/es na área da sexualidade; formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; entre outras. (Brasil, 2004)

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) foi criado em 2007. Uma das ações previstas foi a de

[...] fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos/as trabalhadores/as da educação básica para lidar criticamente com esses temas. (Brasil, 2007. p.33)

⁶ O Ministério da Saúde, em 2016, fez uma atualização na nomenclatura DST (doenças sexualmente transmissíveis) para IST (infecções sexualmente transmissíveis), uma vez que a sigla anterior implicava a presença de sinais e sintomas de doenças no organismo do indivíduo afetado. (Vigilância em Saúde, 2016)

A meta 3 do Plano Nacional para Educação (PNE) publicada em 2014 objetiva “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%”. Para atingir esta meta, uma das estratégias é “[...] implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (Brasil, 2014, s/p).

Em nossa história recente, movimentos de resistência conservadora como o Escola sem Partido⁷ produziram efeitos nocivos à liberdade de cátedra e ao fazer pedagógico voltado ao respeito, à diversidade e à inclusão. Por essas influências que criam um pânico moral (Miskolci; Campana, 2017), a escola experiencia o ocultamento de determinados sujeitos (Louro, 2000), silenciando aqueles que não se encaixam em um "perfil" de normatividade e não seguem a lógica sexo/gênero/sexualidade. Tais indivíduos são colocados à margem na escola. Esta invisibilização, interfere nas expectativas quanto ao sucesso e ao rendimento escolar; produz intimidação, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento; estimula a simulação para ocultar a diferença (Rogério Junqueira, 2009). Ainda, segundo o autor

O processo de invisibilização de homossexuais, bissexuais e transgêneros no espaço escolar precisa ser desestabilizado. Uma invisibilidade que é tanto maior se se fala de uma economia de visibilidade que extrapole os balizamentos das disposições estereotipadas e estereotipantes. Além disso, as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola. (Junqueira, 2009. p.30)

A escola ainda é um espaço onde a sexualidade é constituída como um dispositivo de separação entre práticas sexuais normatizadas e educadas (heterossexuais, monogâmicas, reprodutivas) e aquelas que não se encaixam nos padrões estabelecidos (Foucault, 2015). O silenciamento da escola em relação a discussões sobre gêneros e sexualidades pode gerar nos sujeitos fora da normatividade

[...] desinteresse pela escola; produz distorção idade-série, abandono e evasão; [...]enseja uma visibilidade distorcida; vulnerabiliza física e psicologicamente; tumultua o processo de configuração e expressão identitária; afeta a construção da auto-estima; influencia a vida socioafetiva [...]” (Junqueira, 2019. p.24).

⁷ O projeto de Lei PL 867/2015 referente ao projeto Escola sem Partido, resultado de um movimento conservador/fascista de 2004.

Junqueira (2018) destaca como o silenciamento da escola é pautado por um projeto político de viés moral, reacionário e antigênero, que ocorre em várias instâncias, visando uma agenda conservadora.

Não por acaso, na esteira da reorganização do discurso político e da reconfiguração dos cenários de disputa discursiva, a escola tende a ser colocada no centro de um debate público em que discussões de fundo sobre os problemas educacionais e os desafios relativos às garantias do direito à educação cedem lugar a tematizações voltadas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica para a vida, aí compreendida a socialização para o convívio plural, cidadão e democrático. Ademais, em convergência com outros setores conservadores, esses movimentos antigênero podem engajar-se em uma ofensiva não apenas contrária aos direitos sexuais, mas também aos direitos e às garantias fundamentais. (Junqueira, 2018, p.487)

A proposta dos estudos sobre gêneros e sexualidades, vem desfazer esse olhar limitador e “[...] pensar a sexualidade e outras diferenças, como culturais e políticas, como parte da vida cotidiana” (Miskolci, 2016. p.19). Para além de uma cultura da tolerância, os estudos pretenderam possibilitar o reconhecimento das diferenças e valorizá-las em suas especificidades, constituindo-se como uma prática de resistência ao avanço “[...] de um sistema de crenças e de um sistema de representação de matriz católica conservadora e tradicionalista.” (Junqueira, 2018, p.487).

Papo de Quarta e seus procedimentos metodológicos

O “Papo de Quarta” é um projeto de ensino que nasceu, também, do posicionamento de que discutir as questões de gêneros e sexualidades na escola produz um espaço mais inclusivo e democrático, possibilitando às/aos estudantes aprender em um ambiente livre de discriminação, de preconceito e de violência. Os encontros ocorreram semanalmente, às quartas-feiras, com duração de uma hora. Em semanas alternadas, nas rodas de conversa, houve a participação de convidados com tema gerador alusivo a gêneros e a sexualidades, na semana seguinte escuta dos estudantes por um estagiário de Psicologia e uma pesquisadora de gênero e de sexualidade além dos relatos pessoais.

O desenrolar das atividades do projeto se deram na sala do NAAF, ambiente entendido pela comunidade como de convivência e agregador para todos/as que buscam esse espaço. A construção material desse espaço implica que seja muito aconchegante e colorido, com sofá e almofadas dispostas em um tapete para que as/os estudantes possam

se sentir à vontade. Neste local também estão dispostos um quadro de pincel e um projetor para ajudar nas explicações dos convidados.

No entanto, pensamos ser importante inquirir sobre o que leva os/as estudantes a buscar e a frequentar esse ambiente. Os atrativos não se encontram exatamente nas construções materiais, mas nas imateriais, naquilo que não é palpável e que não se pode mensurar, pois uma rede de acolhimento entre os pares se faz presente. E é a partir desse reconhecimento de si e do outro que as ações do NUGEDS - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual - ocorrem.

O público-alvo nos meses de projeto, ainda que não tenha sido fixo, em quase sua totalidade, era de dez estudantes LGBTQIAPN+, em média, a cada encontro. Citamos apenas a identidade de gênero ou orientação sexual, mantendo o anonimato e sigilo ético: uma menina trans, dois meninos trans, uma pessoa não-binária gênero fluido, um transmasculino bigênero, uma pessoa não-binária, uma menina lésbica, duas meninas bissexuais, um menino bissexual. Todas/os tendo entre 16 e 20 anos, estudantes do ensino médio-técnico, cursando diferentes cursos. Foram de extrema relevância os encontros e debates para esse grupo, contudo é primordial que uma escola esteja atenta a todo o corpo discente, ainda mais para aquelas/es que historicamente foram expulsos e cujos corpos eram indesejados pelo sistema escolar ancorado na heteronormatividade e no binarismo de gênero.

Os procedimentos metodológicos do projeto em questão se orientaram a partir de estudos sobre gêneros e sexualidades. Focado nos alunos do médio-técnico do IFSul - câmpus Pelotas, uma equipe de quatro pesquisadoras/es de gênero e sexualidade facilitou a inserção dos temas relativos a gêneros e sexualidades em encontros semanais na sala do NAAF. Para tanto, formou-se uma rede de aliados, sendo convidados especialistas em assuntos pertinentes ao projeto.

Para uma melhor organização do projeto, os encontros foram distribuídos da seguinte forma: encontros quinzenais com especialistas em temas pertinentes ao projeto; encontros quinzenais com pesquisadoras e pesquisadores de gênero além do estagiário em Psicologia do campus para debater os temas tratados por especialistas.

Ao longo de quatro meses, foram desenvolvidos temas escolhidos pelos participantes como: 1) legislação sobre gênero e sexualidade; 2) funcionamento do centro de equidades de Pelotas/RS; 3) saúde mental de pessoas LGBTQIAPN+; 4) feminismos plurais; 5) funcionamento do Núcleo de Gênero (NUGEN) da UFPel e; 6) educação

sexual, por palestrantes diversos, cisgêneros e transgêneros, brancos e negros, mulheres e homens.

A importância do ensino de gênero e de sexualidade

Há algum tempo, podemos assistir a um debate intenso sobre o significado do conceito de gênero e a sua possibilidade de desconstrução (Butler, 2015). O gênero, neste artigo, é compreendido como “[...] uma questão de relações sociais dentro das quais os indivíduos e grupos atuam.” (Connell; Pearse, 2015, p.47). Enquanto algumas pesquisadoras (Rubin, 1993; Scott, 1998) consideram que o conceito de gênero desmorona ao findar no conceito de sexo, colocando em evidência o corpo sexuado; outras pensadoras como, por exemplo, Butler (2015) e Nascimento (2021) acreditam que este pensamento sucumbiria na aceitação do domínio do biológico e menosprezaria o caráter socialmente construído de sujeitos mulheres e homens, como ocorre com a leitura de pessoas não-binárias.

Assim como o conceito de gênero, as ideias em torno das sexualidades geram grande debate. Para Foucault (2015), a sexualidade, cuja origem não pode ser considerada biológica e sim histórica, social e cultural, é uma categoria construída como fruto da experiência humana, e, para esta, a vivência de sexualidades não heteronormativas tem sido arena de desigualdades e violência. A sexualidade é imposta a partir de padrões determinados cultural e socialmente, e percebendo-a numa perspectiva generalizada, podemos entendê-la de forma mais complexa do que sendo a expressão do desejo entre sujeitos.

Podemos afirmar que existem formas de lidar com o gênero e com a sexualidade na educação que são acrílicas e desprovidas de profundidade teórica. Da mesma maneira, podemos perceber que, em um currículo oculto⁸, há um projeto pedagógico que visa o apagamento e, por consequência, o silenciamento de discussões sobre temas não heterocentros. Não é, portanto, possível tomar o espaço escolar como "ingênuo" ao tratar vivências lésbicas, gays, transgêneras e não binárias, entre outras, pois existe um

⁸ Para Silva (2003) “[...] o currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes” (p. 78). Desse modo, no currículo oculto são aprendidos comportamentos, atitudes, valores e orientações que a sociedade requer das novas gerações para que se ajustem às estruturas e ao funcionamento da sociedade já constituída.

projeto que não é escrito, mas é acordado socialmente para que essas vivências não integrem o livro didático e o ambiente da escola.

Gênero e sexualidade são dois conceitos presentes em toda relação de ensino e aprendizagem, em qualquer contexto ou componente curricular. Isso ocorre a partir de formas reguladoras, opressivas e discriminatórias de lidar com a educação sexual, em que se camuflam de verdades universais apenas vivências cisheteronormativas. Todas/os as/os educadoras/es podem compreender que seus discursos são capazes de reforçar estereótipos preconceituosos ou ajudar a desconstruir os discursos dominantes sobre a sexualidade. O papel do/a professor/a que discute padrões normalizantes é imprescindível pois,

[...] só através desta reflexão será possível resistir aos discursos reguladores e aderir a um projecto mais emancipador. O conhecimento relativo ao género poderá permitir uma maior flexibilidade quanto às desigualdades nesse domínio e actuar no sentido de as (des)naturalizar, isto é, poderá permitir perceber como o que é considerado feminino ou masculino representa uma construção social (Nogueira, 2001b), que tem na base uma ordem estabelecida que cumpre funções específicas, quase sempre de manutenção do *status quo* e da desigualdade. (Nogueira; Saavedra; Costa, 2008, p. 6)

O papel do/a professor/a que introduz a educação sexual nos seus ensinamentos, de forma crítica e emancipadora, é fundamental para as relações que estudantes, sobretudo as/os adolescentes, possam discutir, identificar e se auto-identificar em relações de gênero e de sexualidade saudáveis. Não estereotipar formas não cisheteronormativas ajuda a promover um ambiente escolar mais saudável, pois "[é] por meio de classificações como normal/desviante que se constroem formas rígidas de conhecer e, com isso, a produção de discursos que instauram determinados saberes normalizantes." (Silva; Soares, 2022, p. 317). Podemos perceber que, em nossa sociedade, alguns sujeitos têm maior valor do que outros, e ainda, que esses sujeitos podem mais do que outros, visto que os "[...] significados atribuídos aos gêneros e às sexualidades são atravessados ou marcados por relações de poder [...]" (Louro, 2011, p.64).

A partir desses pensamentos, podemos perceber a ideia de diferença, sempre atrelada à uma comparação. Para termos algo ou alguém diferente, precisamos, inevitavelmente, de um igual. Então, acabamos por cair, novamente, nas noções de normalidade e anormalidade, de igual e diferente. A noção de diferença é absolutamente cultural, no interior da nossa cultura, construímos o padrão e o diferente. Na cultura ocidental, temos, como padrão idealizado, o homem cisgênero, heterossexual, branco, magro, jovem, urbano, de classe média, sem deficiências e, preferencialmente, cristão

como o "normal". Segundo Louro, essa é "[...] nossa identidade referência, a identidade que não precisa ser mencionada porque é suposta, está subentendida." (2011, p.65). O que foge a esse modelo, é considerado o outro, o diferente, o anormal. Uma vez que os debates sobre gênero e sexualidade ultrapassam esse modelo ideal de homem, estamos falando de diferenças. Mas vale lembrar que nenhum sujeito é essencialmente diferente, essa é uma construção baseada num modelo ideal que tomamos por referência para subjugar aquilo que não está em conformidade com esta norma. Reforçando esta ideia, Louro adverte que

[...] para indicar os sujeitos diferentes, são mobilizados marcadores simbólicos, materiais e sociais. Há lugares, falas, gestos, profissões, atividades, sentimentos sobre os quais se costuma dizer que são de mulheres e não de homens. Há linguagens, espaços, moda, direitos, ofícios sobre os quais se costuma dizer que são para gays e não para héteros. (2011, p. 65)

A diferença, a partir dessa visão, nos parece um dado natural. Normalizamos o modelo culturalmente estabelecido, a ponto de não pensarmos o que está à parte dele como, simplesmente, mais uma maneira de viver e experienciar o mundo. É sempre constituído como o "outro", o "anormal", naturalizando as diferenças. Enquanto educadoras/es precisamos desmontar essa lógica e facilitar a compreensão de que todas as formas de viver os gêneros e as sexualidades são legítimas. Para tanto, repetimos que uma educação sexual crítica e emancipadora se faz necessária de modo efetivo e urgente na escola.

Estudos Culturais, Gênero e suas confluências como reflexo na escola

A cultura, como uma categoria de análise, pode ser percebida como influenciadora contundente na construção dos gêneros masculino e feminino, determinando o que é aceito ou não socialmente; configurando, assim, o que se compreende como naturalização (Rubin, 1993). Essa capacidade reguladora portada pela cultura (re)produz e condiciona a forma como os grupos se relacionam e, conseqüentemente, o que pode e o que não pode se manifestar em discurso, em corpo, em vivência. A teórica Maria da Conceição de Almeida propõe uma ampliação dessa perspectiva:

Se partirmos desse patamar para problematizar nossa condição de *natureza culturalizada* ou de uma *cultura naturalizada*, é correto afirmar também que uma desordem simbólica radical altera a percepção e a representação dos fenômenos. Sabemos bem como estados emocionais intensos, e em geral não esperados, desorganizam, momentaneamente, nossa relativa estabilidade perceptiva e distorcem a compreensão dos fatos. (Almeida, 2012, p.92, grifos do autor)

O eixo da cultura, na compreensão da construção do gênero, permite desvelar a função do simbólico, manifestado pela linguagem na produção de sentidos. Para Wittig, “[...] a linguagem projeta feixes da realidade sobre o corpo social, marcando-o e moldando-o violentamente.” (2022, p.81). Assim, a noção de gênero tem servido de base para indicar a criação inteiramente cultural das ideias sobre os papéis próprios aos homens e mulheres (Scott, 1998). Tal referencial teórico possibilita compreender o gênero como construção cultural, negando o caráter natural, radical, universal atribuído aos papéis masculinos e femininos (Chartier, 1993).

Agrega-se, fundamentalmente nessa abordagem, a articulação do gênero com outras categorias, especialmente, aquelas de classe e de etnia (Scott, 1998). Questões outras como a dicotomia privado/público, o tempo linear e progressista, o binômio dominação/subordinação são, igualmente, objetos de problematização, que constituem os atravessamentos que abalam as ancoragens do que sempre esteve posto como natural na (re)produção da cultura cisheteronormativa centrada no patriarcado.

O viés dos estudos culturais permite a observação e a análise de disputas de sentido colocadas sobre a construção do gênero nas mais diversas sociedades. A expressão dos corpos, as formas de agir e as formas de dizer camuflam um arcabouço da compreensão sobre o gênero. Destacando, assim, a importância desses estudos nas representações, na medida em que revelam o caráter histórico e mutante dos conteúdos do masculino e do feminino, reconstruindo as múltiplas maneiras pelas quais as identidades de gênero e as sexualidades puderam reinterpretar e reelaborar suas significações.

Judith Butler, seguindo os estudos de Jean Laplanche (2015), aborda o caminho que a “ideologia” percorre “[...] quando os códigos culturais penetram nas fantasias mais primevas, nas quais não há uma maneira clara de dissociar o inconsciente da ação da cultura.” (2024, p. 18). É no contato dessa relação entre cultura e ideologia que se encontra o ponto que precisa de grande atenção a fim de compreender como se dá a dominação de um pensamento constituído por uma força excludente, a qual retira a humanidade de pessoas, não lhes permitindo o exercício à vida e, muito menos, a qualquer forma de cidadania.

A concepção de gênero observada pelos estudos culturais, assim como em outras áreas epistemológicas, serve para desnaturalizar os papéis e as identidades atribuídos ao homem e à mulher, diferenciando o sexo – uma dimensão biológica dos seres humanos – do gênero – uma construção cultural –, e ambos devem ser vistos como um produto social e histórico. A flexibilização, no que tange ao enfoque das representações sociais de

gênero, reafirma, ainda, uma tensão permanente entre o processo simbólico e as práticas sociais, mobilizando forças, canalizando energias, incitando ações de múltiplos sentidos. Destaca-se a importância do estudo dessas relações, na medida em que revelam o caráter histórico e mutável dos conteúdos do masculino e do feminino, reconstruindo as múltiplas maneiras pelas quais a pluralidade pode reinterpretar e reelaborar suas significações.

Considerações Finais

O Papo de Quarta antes de se configurar como reuniões em local específico, foi um espaço construído a partir dos pilares da segurança e do engajamento de um grupo de estudantes em uma vivência não heterocentrada. Nesses encontros, mais do que a construção de questões epistemológicas, se deu a troca de vivências. Falamos sobre vidas e o que efetivamente a escola como um espaço integrador pode contribuir para consolidar as mudanças necessárias à estrutura enrijecida por reguladores de cultura e currículos normatizadores.

Muitas vezes não se encontra, nas instâncias escolares, a guarida necessária a tudo aquilo que provoca alterações em suas dinâmicas. No entanto, a proposta do Papo de Quarta vislumbra a possibilidade da reconfiguração social da comunidade escolar a fim de que uma menina trans, dois meninos trans, uma pessoa não-binária gênero fluido, um transmasculino bigênero, uma pessoa não-binária, uma menina lésbica, duas meninas bissexuais e um menino bissexual se reconheçam como parte viva do corpo discente, lhes assegurado a busca de todos os seus direitos nesse espaço: livre manifestação de sua existência enquanto corpo físico e social; participação em todas as atividades educacionais que a escola oferece; integração nos jogos esportivos entre os diversos cursos do campus, dentre outras.

Embora o contingente numérico de estudantes atingidos por essa ação pareça restrito, devemos nos ater ao fato de que a experiência de vida desse grupo foi enriquecida pela criação de vínculos afetivos, elevação da autoestima, convicção do sentimento de pertença. Muitas experiências foram compartilhadas como forma de facilitar o entendimento de uma situação particular que acabou fortalecendo o vínculo entre as pessoas e as experiências, o conhecimento sobre gênero e sexualidade, oportunizando uma melhor compreensão de si e no contexto que as/os cerca.

São indivíduos que estabeleceram expectativas a partir dessa ação. Como forma de dar continuidade e facilitar a comunicação entre as pessoas criou-se um grupo de

WhatsApp. Esse mecanismo possibilitou além da comunicação entre esse coletivo a troca de informações, uniu os integrantes e estreitou as relações de confiança.

Ao convidar palestrantes externos à instituição possibilitou-se um olhar além dos muros, apresentando experiências que extrapolavam as práticas cotidianas da escola. Isso pode ser considerado como um gatilho positivo ao desvelar, para os estudantes, um universo que também pertencia a eles. Dentre muitas possibilidades: continuação dos estudos com acesso à universidade; acesso aos serviços públicos dentro do espectro da cidadania; ingresso no mundo do trabalho; abordagem das questões de saúde e as possibilidades de assistência à saúde física e mental; abordagem das questões ao direito e da legislação específica ampliando o viés do exercício da cidadania, indispensável a todas as vidas.

O Papo de Quarta não trouxe apenas temas geradores, trouxe as pessoas e as suas experiências, uma vez que a intenção sempre foi um encontro de vidas e de vozes, muitas vezes silenciadas no processo de exclusão escolar e por um currículo que nunca as contemplou. Um espaço que trabalha com conhecimento sistematizado tem o compromisso de ampliar suas formas de compreensão, pois há diferentes atores que estabelecem a formação dos estudantes. Um currículo, muitas vezes, é organizado em torno de saberes indispensáveis para compreensão e execução de uma tarefa sobre um saber específico. O compromisso assumido pelo NUGEDS, na execução desse projeto, foi de encontro a uma moral conservadora compartilhada por várias camadas da população, cujas articulações, em torno da pauta antigênero, se organizam por meio de uma lógica transnacional, que envolve entidades e organizações religiosas e não religiosas, editoras, canais de televisão e rádio, youtubers, lideranças comunitárias locais, produção teológica e paracientífica sobre o gênero e a sexualidade. Há a consciência de que essa micro ação, localizada temporal e geograficamente, também produz efeitos que abalam o sistema hegemônico de concepção heterocentrada no IFsul – câmpus Pelotas.

Referências

ALMEIDA, Maria da Conceição de. A consciência no corpo dos humanos. In: ALMEIDA, Maria da Conceição de.; CARVALHO, Edgar de Assis. **Cultura e pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). **Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras**, 2015. Disponível em:

<http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2018.

BRASIL/Câmara dos Deputados. **PL 867/2015**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>> Acesso em 30 jul 2024.

BRASIL/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 17 de fevereiro de 2018.

BRASIL/Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2018.

BRASIL/MEC. **Lei no 13005 de 25 de Junho de 2014**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>> . Acesso em 17 de fevereiro de 2018.

BRASIL/MEC/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2018.

BRASIL/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010b.

BRONSKI, Michael et.al.. **O livro da história LGBTQIAPN+**. Trad. Ana Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2024.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Quem tem medo do gênero?** Tradução Heci Regina Candiane. São Paulo: Boitempo, 2024

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 13-28

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebeca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução e revisão técnica Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério. **A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero**. *Psicologia Política*. vol. 18. nº 43. pp. 449-502 set. – dez. 2018

LAPLANCHE, Jean. **O gênero, o sexo e o sexual**. In: *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006* (p. 154-189). Porto Alegre, RS: Dublinense, 2015.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pela diferença**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, Set/Dez, p. 725-747, 2017.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Conceição; SAAVEDRA, Luísa; COSTA, Cecília. (In)Visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: propostas para uma nova concepção sobre a educação sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco. **Revista Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, fev. 1998, p. 297-325.

SILVA, Rosimeri Aquino da; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. O gênero e a sexualidade na educação em tempos violentos. In: SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane

(orgs). **Educação, gênero e sexualidade: (im)pertinências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VICENTE, André Luiz Coutinho. (Form) ações para uma educação plural: enfoco o programa gênero e diversidade na escola. **Pró-discente**. Vitória-ES: v.26, n.2, p.160-178, jul/dez., 2020.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE SES MS. Alteração da sigla do DST. 2016. Disponível em: <<https://www.vs.saude.ms.gov.br/alteracao-da-sigla-do-dst/>> Acesso em: 18 jul 2024.

WITTIG, Monique. **O Pensamento heterossexual**. Tradução de Maria Mendes Galvão. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

Recebido em maio de 2024.

Aprovado em agosto de 2024.